



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA

RELATÓRIO FINAL

AJUSTE DIRETO

Aquisição de Serviços de Jardins para a Câmara Municipal durante o ano de 2016

março 2016

Preço Base: 21.250,00 €

Procedimento por **Ajuste Direto** para a prestação de serviços identificada em epígrafe

Membros do júri:

Presidente: Eng. António Manuel Amorim Cerqueira

Vogal: Carlos Venceslau Oliveira Gomes

Vogal: Elisabete Maria Pereira Alves

Em reunião efetuada ao décimo nono dia do mês fevereiro de dois mil e dezasseis, em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 124º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, destinada à elaboração do Relatório Final, no âmbito do procedimento acima referenciado, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar a ordenação final das propostas constantes do Relatório Preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 123 do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de 5 dias para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Decorrido o prazo de audiência prévia, verifica-se que nenhum dos concorrentes se pronunciou quanto à intenção mencionada no Relatório Preliminar.

Face ao que foi referido anteriormente o júri deliberou não alterar o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, pelo que manteve a seguinte ordenação das propostas:

<i>Concorrente</i>	<i>Valor da Proposta</i>
1 º - Viveiros Juca	15.441,00 €
2 º - Ambiflora & Serviços de Silvicultura e Exploração Florestal	16.147,90 €


Assim, tendo em conta a cláusula 2ª do caderno de encargos, em que o valor base para efeitos de concurso é de 21.250,00 euros, os membros do júri propõem adjudicar o presente fornecimento à

empresa Viveiros Juca pelo valor de 15.441,00 euros (mais IVA) já que apresenta a proposta do mais baixo preço para este Ajuste Direto , artigo 74) nº1) b) do CCP.

Mais se informa, que nos termos da alínea a) do nº 1) do artigo 95º do CCP quando se trate de um contrato de locação ou de aquisição de bens móveis, cujo preço contratual não exceda os 10.000,00 euros, está dispensada a redução do contrato a escrito. Desta forma e atendendo ao valor do presente fornecimento, não será celebrado contrato escrito.

No caso de adjudicação à empresa acima referida, esta deve apresentar os documentos exigidos no ponto IX do Convite e no nº 1 alínea a) e b), do artº 81º do CCP.

O Júri do Procedimento

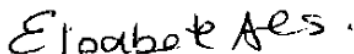


Eng. António Manuel Amorim Cerqueira



Carlos Venceslau Oliveira Gomes

Elisabete M. Pereira Alves



Elisabete M. Pereira Alves